

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXTRATIVISTA: OS IMPACTOS E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA PERUANA

Briefing PET/TEPP do IRI (julho/2022), *Débora Rodrigues e Uliana Teixeira*

NÚCLEO DE PESQUISA EM REFÚGIO & DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Pesquisa em Refúgio & Desenvolvimento (NPR&D) convergiu as linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio.

Financiado pelo Ministério da Educação (PET) e pela PUC/Rio (TEPP), o Programa de Educação Tutorial do IRI foi criado para promover a formação em pesquisa. Tem como foco a atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais nos amplos campos de mobilidade, desenvolvimento e direitos humanos.

Os briefings são fruto do valioso apoio das bolsas PET e TEPP.

Mais informações em www.pet-iri.com.

Tel.: 3527-1557.

O PET do IRI/PUC-Rio foi estabelecido em 2013.



RESUMO

O presente *briefing* tem por objetivo apresentar como o discurso desenvolvimentista levou à dependência peruana da indústria extrativista de minérios e hidrocarbonetos, assim como os impactos ambientais e sociais que tais práticas abarcam, destacando as formas de exclusão social cometidas pelas grandes empresas e pelo governo peruano. Assim, apontaremos como estas corporações manipulam a opinião pública a seu favor, sendo um desses mecanismos a prática de *Greenwashing*. A partir disso, analisaremos como as populações indígenas da Amazônia Peruana, principalmente o povo Awajún, lidam com esses impactos e como resistem às práticas extrativistas. Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder como o modelo de desenvolvimento extrativista de hidrocarbonetos e minérios impacta as populações indígenas da Amazônia Peruana. Ainda, este documento busca iluminar as práticas de racismo ambiental enfrentadas pelas populações indígenas e como a questão peruana exemplifica um problema enfrentado por diversos países do chamado Sul Global. É preciso, portanto, considerar a justiça ambiental e uma economia mais diversificada e horizontal como essenciais ao combate dos efeitos originados de práticas extrativistas.

INTRODUÇÃO

Buscamos compreender como a indústria extrativista de hidrocarbonetos e minérios impacta as populações originárias da Amazônia Peruana. Isto será feito a partir da análise da economia peruana de forma histórica, a fim de entender como a dependência da exportação de minérios e hidrocarbonetos para seu desenvolvimento econômico surgiu e se propaga até os dias de hoje. Para isso, usaremos o conceito de senso comum de Gramsci a partir do texto da ex-deputada peruana Rocío Santisteban (2016) e analisaremos como as formas de discurso ajudaram a criar a ideia socialmente compartilhada entre a maioria da população peruana de que as práticas extrativistas são a única forma de desenvolvimento econômico possível para eles, assim como a ideia de que essas práticas não tem lados negativos. Dessa forma, apontaremos como grande parte da população é convencida a favorecer os interesses das grandes corporações e com isso, perpetuar relações desiguais de poder.

Os pontos que serão abordados, portanto, consistem na forma em que o governo peruano, em parceria com as grandes empresas (LUST, 2014), deixam que práticas de exclusão social e de racismo ambiental, sejam praticadas por grandes empresas privadas e pelas políticas públicas realizadas pelo Estado. Desta maneira, os impactos destas atividades recaem sobre um grupo específico da população, em razão de sua vulnerabilidade social (ROCHA, VASCONCELOS, 2018). No mais, buscamos entender como as práticas de *Greenwashing* e programas de responsabilização corroboram para “mascarar” os danos causados pelas atividades extrativistas.

Ainda, entendendo que as corporações têm seu lado positivo, como a geração de empregos e infraestrutura, analisaremos, no entanto, seu lado negativo e os impactos que as práticas extrativistas causam aos povos originários. Usaremos como exemplo o caso da PetroPerú (Brasil de Fato, 2021) e a resistência organizada do povo Awajún, reconhecendo que este é apenas mais um caso dentre diversos outros. Também, não buscamos universalizar a experiência de um povo indígena para todos os outros, entendendo suas particularidades. No entanto, enfatizamos que a América Latina como um todo tem um passado colonial¹ e que essas práticas extrativistas e que excluem alguns em favor de outros é comum à toda região, não sendo um fardo apenas do Peru (IAMAMOTO et al, 2020).

No mais, o presente documento busca entender essas relações de poder desiguais a partir do conceito de justiça ambiental, que é compreendido como um conjunto de princípios que asseguram que nenhum

¹ “O colonialismo, em sua essência, foi um período histórico derivado do processo de expansão territorial marcado pelas navegações e descobertas de novos continentes. Contudo, esse processo configurou a dominação de determinados países sobre outros, mais precisamente, o domínio das metrópoles sobre as colônias, estabelecendo uma relação de superioridade dos povos colonizadores.” (AVILA, Milena. Politize 2021).

grupo de pessoas sofra com uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, assim como de políticas governamentais, bem como a ausência ou omissão de tais políticas (Herculano, 2002, p.143). Nesse sentido, pretendemos mostrar como a resistência dos povos originários é essencial para a preservação da vida. No entanto, é papel de todos buscar uma economia que leve em consideração as vidas dos povos marginalizados, como também trabalhar para a construção de uma economia diversa e horizontal.

A ECONOMIA PERUANA

Na década de 1990, ano em que o ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori, implementou novas políticas econômicas com a promessa de pôr fim às altas taxas de inflação na época. Segundo os autores Julio Cotler e Romeo Grompone, “foi aplicado um modelo extremo de ajuste estrutural, caracterizado pela desregulamentação dos mercados, privatização de empresas, liberalização do comércio no exterior e a ausência de políticas setoriais e sociais.” (COTLER; GROMPONE, 2000, P. 116.). À vista disto, é aqui o ponto em que a economia peruana passa a se desenvolver e também passa a ser sustentada, em sua maior parte, pelas exportações.

Conforme a *United Nations Conference on Trade and Development* (2020), 48% das exportações peruanas são originárias de práticas extrativistas de minérios e metais, já a indústria de combustíveis fósseis respondia apenas a 2% das exportações totais peruanas. Entretanto, de acordo com o Ministério de Comércio Exterior e Turismo peruano, as exportações do país aumentaram em 2021. Com destaque à indústria de minérios: +37,3% de exportações brutas, a atividade energética de gás natural elevou-se em +220,3% assim como podemos notar uma alta nas exportações de petróleo e derivados, com um aumento de +98,4%. Posto isto, é possível verificar a importância e a dependência do comércio exterior para o desenvolvimento econômico do país, uma vez que as áreas mais ativas na economia peruana são as áreas de exploração de hidrocarbonetos e de minérios (MINISTÉRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR E TURISMO, 2021). Sendo assim, fica nítida a ideia de que o Peru é dependente do mercado de hidrocarbonetos e minérios.

FIGURA 1: EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DO PERU NO ANO DE 2020.



Fonte: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **UNCTAD stats**, 2020.

É possível analisar, no entanto, alguns problemas sociais derivados desta economia de exploração extrativista assídua que impacta a vida das pessoas que habitam a região. Logo, a discussão acerca das adversidades desta indústria é posta a seguir.

SOBRE O DISCURSO EXTRATIVISTA

Segundo a autora e ex-deputada peruana Rocío Santisteban (2016), o apoio ao discurso extrativista é orientado pela ideia de que as práticas de exploração mineral e de hidrocarbonetos só podem resultar em progresso, crescimento, riqueza e ordem. Para este efeito, examina-se o predomínio deste discurso na sociedade peruana a partir do senso comum. Sendo assim, Santisteban afirma que:

“Eu entendo senso comum a partir de sua perspectiva gramsciana, isto é, como a forma ideológica que “faz o sujeito novamente com um determinado grupo social, influencia o comportamento moral, a orientação da vontade, de maneira mais ou menos energética, que pode chegar ao ponto em que a contradição de consciência não permite mais nenhuma ação, nenhuma decisão, nenhuma escolha e produz um estado de passividade moral e política.” (GRAMSCI APUD SANTISTEBAN, 2016, P. 82, tradução nossa).

O discurso de Fujimori, neoliberal e extrativista² (SANTISTEBAN, 2016), além de prejudicar o meio ambiente, acaba por gerar mitos como os que a mineração não polui e que não existem outras alternativas a não ser as já existentes. Portanto, o discurso constrói a ideia de que estas práticas são as únicas possíveis e que não se deve questionar sobre as atividades extrativistas. Há, então, o pensamento que “esta indústria preza apenas pelo desenvolvimento econômico e social do país e que a maior vitória do extrativismo foi ter convencido a população de que [o extrativismo] é a única maneira de progredir em um país” (SANTISTEBAN, 2016, P. 82, tradução nossa).

Posto isto, de acordo com o autor Eduardo Gudynas (2015) os discursos também servem para naturalizar o extrativismo como algo aceitável, necessário e com o qual se pode coexistir. Logo, os impactos

² Discurso Extrativista pode ser compreendido pela “operação de significado [de configurar significados] para práticas predatórias que envolvem atividade extrativista compulsiva para legitimá-las. O objetivo básico deste discurso é minimizar os danos e desqualificar aqueles que apontam que os danos às indústrias extrativistas são irreversíveis.” (SANTISTEBAN, 2016, P.85)”.
Página 1 PAGE 1

negativos desapareceriam das discussões públicas. Consequentemente, como produto desta comunicação, o discurso extrativista seria, portanto, autoritário (SANTISTEBAN, 2016). A problemática de um discurso autoritário é que por um instante na história, ele foi capaz de servir como resposta a ansiedade dos povos frente a situações de violência e risco, mas, o mesmo, muitas das vezes, pode servir como forma de justificar práticas de violência e tortura. (SANTISTEBAN, 2016).

Ao considerarmos a imposição deste discurso extrativista frente às comunidades peruanas, a preocupação em relação aos povos originários passa a ser central. Afinal, são estas as comunidades que vivem perto das áreas de exploração, que sofrem com a proximidade ou mesmo justaposição que as áreas de exploração tem com os lugares onde essas comunidades vivem. Assim, isto contribui para o desenvolvimento de doenças, problemas sanitários, ambientais e culturais³. Existem, no geral, cinco mitos do extrativismo peruano segundo a ex-deputada Rocío Santisteban (2016): 1) a representação dos opositores ao extrativismo como anti-mineradores; 2) a exploração de minérios e de hidrocarbonetos como impulsionadores do desenvolvimento; 3) a ideia de que a mineração moderna não contamina; 4) o pressuposto que as empresas extrativistas escutam a população e 5) a suposição que, frente ao extrativismo, não há alternativas de desenvolvimento econômico semelhantes.

Uma problemática, diante da formulação destes mitos - socialmente aceitos pela população peruana - é que as comunidades e pessoas que se opõem a eles, são intitulados como “terroristas”, uma vez que estes estariam cometendo uma violação contra o desenvolvimento peruano (SANTISTEBAN, 2016). Esta forma de se referir aos ativistas socioambientais gera estereótipos e contribuem para a criminalização dessa prática de resistência. Todavia, analisar os povos que lutam pela sua biodiversidade e preservação de terras indígenas como terroristas seria um tanto quanto problemático, considerando que são as práticas extrativistas que extraem recursos naturais, subordinam populações originárias, negligenciam a importância da biodiversidade e não reconhecem os limites ecológicos (SANTISTEBAN, 2016).

De acordo com Santisteban:

O discurso extrativista se fortalece como discurso hegemônico ao criar seu próprio inimigo: o terrorista anti-mineração. Esse discurso não é defendido apenas pelos principais políticos extrativistas ou mineiros que defendem o modelo mercantil-capitalista de exportação primária, como é o caso do primeiro-ministro Pedro Cateriano na capa do Correo. Mesmo alguns políticos de esquerda latino-americanos que continuam assumindo a necessidade de industrialização com altos custos sociais, como por muito tempo serem exportadores de matérias-primas e continuarem a ser um país mineiro, pesqueiro ou petrolífero. (SANTISTEBAN, 2016, P. 95, tradução nossa).

FIGURA 2: MANCHETE: O primeiro-ministro Pedro Cateriano invoca “prisão para os revoltosos anti-mineradores”.

³ Em reportagem feita pela jornalista Martha Raquel em 2020, pelo jornal Brasil de Fato, apontou a concentração de problemas sanitários, ambientais, culturais e de saúde para as comunidades indígenas, devido às práticas de mineração.



Fonte: Jornal Correo, edição Arequipa, 15 de abril de 2015.

IMPACTOS: A RELAÇÃO DO GOVERNO, DAS GRANDES CORPORAÇÕES E DA SOCIEDADE CIVIL

Ao entender como o discurso corrobora para a perpetuação das práticas extrativistas, percebemos que, como argumenta Jan Lust (2014), para qualquer governo periférico no sistema mundial capitalista, é estruturalmente impossível mudar o curso do desenvolvimento nacional quando este se baseia nas regras da ordem mundial capitalista e na lógica de acumulação de capital (LUST, 2014). Ainda, se o governo tentar mudar essa lógica internamente, existe a chance que este seja deposto de forma anti-democrática, por meio de golpes de Estado (LUST, 2014). Dessa forma, entende-se que a economia do Peru está condicionada à prática extrativista, sendo impulsionada pelo discurso desenvolvimentista e o pacto entre o governo e as grandes indústrias, o que contribui para as relações de poder desiguais criadas por essa prática.

Nesse sentido, o governo peruano, desde o crescimento da ideologia neoliberal⁴, implementada na época do governo Fujimori, tem trabalhado para erradicar qualquer força social popular ou baseada em classe social que fosse montada contra essa forma desenvolvimentista que privilegia apenas certas classes sociais e exclui outras (LUST, 2014). Nesse sentido, houve um ataque a todas as ideias relacionadas ao coletivismo, intervenção estatal na economia e regulação (LUST, 2014).

⁴ O neoliberalismo foi formulado pela primeira vez em 1947 por Friedrich August von Hayek. O estudioso partiu do pressuposto de que o mercado deveria servir como base organizacional da sociedade. O liberalismo propõe uma desregulamentação da economia, a privatização das empresas estatais e defende, também, a intervenção mínima do Estado. (HAYEK, 1990).

À vista disso, Lust (2014) entende esse modelo desenvolvimentista como o maior inimigo das comunidades indígenas, pois, de acordo com o autor, são elas que arcam com a maior parte do ônus do extrativismo e são poucos ou nenhum os benefícios que chegam a elas. Isso porque estes povos são excluídos do poder de compra, de território e de condições básicas de vida e de seu lugar de memória em prol dessa lógica que privilegia o acúmulo de capital. (MESQUITA et al, 2019).

Isto posto, é importante ressaltar que, ao passo em que o governo permite um livre funcionamento do mercado extrativista e cria incentivos para que aumente sua atividade (sem mecanismos efetivos de regulamentação e sem implementar leis trabalhistas e de proteção ao meio ambiente), abre espaço para que o lucro seja priorizado sobre a vida da população afetada pelo extrativismo.

Nesse sentido, existe a criação de programas de responsabilidade social por parte de grandes corporações, que, a partir disso, argumentam assumir responsabilidade pelos possíveis danos causados por suas práticas e gerar soluções benéficas para as populações originárias e para o meio ambiente. Esses programas, no entanto, apenas obscurecem as reais questões que estão em jogo e fazem parte de todos os mecanismos que visam estabelecer e legitimar o modelo extrativista (LUST, 2014).

Quando se trabalha com a extração de petróleo, é possível que haja derramamentos em rios ou mares, criando a chamada Maré Negra. Esta se dá quando a passagem da luz e do calor do sol são bloqueadas, impedindo que as algas realizem fotossíntese, afetando a cadeia alimentar inteira, pois os peixes se alimentam dessas algas e os pescadores dependem desses peixes para sua subsistência.

No mais, esses derramamentos intoxicam a água e se infiltram no solo, contaminando plantações e gerando doenças para as pessoas que consomem e produzem naquele local (FRAGMAQ, 2015). Ademais, já houveram casos em que crianças foram contratadas para recolher o petróleo que foi derramado, no entanto, casos assim não costumam chegar às grandes mídias (ROJAS, Maria Ximena Flores, em entrevista concedida a Débora Rodrigues e Uliana Teixeira, 2022).

Um exemplo que merece considerável atenção é o caso da PetroPerú, que é uma empresa de propriedade do estado peruano sob lei privada, dedicada ao transporte, refino, distribuição e venda de combustíveis e outros produtos derivados do petróleo. A empresa tem um histórico de desastres ambientais e, de acordo com dados oficiais, pelo menos 37 derramamentos de petróleo de seu oleoduto foram registrados entre 1996 e 2016 (Brasil de Fato, 2021).

Outrossim, em 2019 a empresa foi processada e obrigada a pagar 25 milhões de dólares por um derramamento de óleo que ocorreu em 2016 e que afetou a saúde, a flora e a fauna das comunidades Awajún e Wampis (Observatório Socio-ecclesial, 2019). No entanto, ainda assim, suas práticas continuaram afetando esses povos e em outubro de 2021 a sede da PetroPerú foi ocupada por lideranças indígenas, dentre elas estavam o povo Awajún e o grupo “Povos Afetados pela Atividade Petrolífera”, demandando o cumprimento de acordos ambientais já assinados, como a realização de atividades de reparação ambiental e a criação de um fundo para financiar a descontaminação das áreas impactadas pelas operações petrolíferas (BRASIL DE FATO, 2021). Por outro lado, a empresa conta com uma página inteira de seu site dedicada às suas práticas de preservação ambiental e reafirmando o seu compromisso com os povos indígenas. Estas práticas consistem na atividade denominada *Greenwashing*.

Box 1: *Greenwashing*

O termo *Greenwashing* pode ser traduzido como “lavagem verde” ou “maquiagem verde” e consiste na promoção de anúncios, discursos, propagandas e campanhas publicitárias que contém características sustentáveis e responsáveis ecologicamente, promovendo a empresa de forma “*eco-friendly*”. Mas, ao contrário das propagandas, na prática, tais atitudes ecológicas não ocorrem.

Ou seja, a propaganda, geralmente, relaciona imagens da natureza e informações de defesa ao meio ambiente, mas por trás disso medidas efetivas para a minimização dos problemas ambientais não são tomadas. Ainda, pode ser que o próprio produto/serviço oferecido pela empresa contribua para a degradação ambiental.

Dessa forma, o *Greenwashing* é a criação de uma falsa aparência de sustentabilidade. Com isso, o consumidor é enganado e muitas vezes ao consumir um produto/serviço que acredita ser sustentável pode acabar, no fim, contribuindo para a degradação do meio ambiente.

Fonte: Politize

No que tange a mineração a situação não é diferente. Isso fica claro pelo estudo que foi conduzido pelo médico Fernando Osoreo Plenge, especialista em questões ambientais, e que descobriu a presença de metais pesados no corpo de crianças indígenas, cujo as idades variam de 13 a 15 anos, nos Andes do Peru, sendo destes, quatro dos metais mais tóxicos para a saúde humana, o cádmio, arsênio, chumbo e mercúrio. A contaminação dessas crianças deve-se à exposição às atividades mineradoras (TARABOCHIA, 2017). Alguns dos problemas causados pela ingestão destes minérios são o aumento do risco de diabetes, de pressão alta e de câncer, por exemplo. No entanto, a responsabilização dessas empresas, que cabe ao Estado peruano, foi deixada de lado (TARABOCHIA, 2017).

Outrossim, os impactos citados acima não são os únicos que acometem os povos indígenas. Isso porque os processos de exclusão são econômicos e culturais, porém o aspecto cultural é menos notado em relação ao econômico. Não são todos os povos que se relacionam por meio da lógica do capital - sendo excluídos e sofrendo com mecanismos provenientes da sociedade capitalista (MESQUITA et al, 2019).

Uma das formas de exclusão sofridas pelos povos indígenas é o apagamento de seus saberes. Isso fica claro quando as grandes indústrias extrativistas adentram o território desses povos com o discurso de que aquela é uma terra rica, porém improdutiva, mal utilizada. No entanto, para estes povos, o território não se caracteriza, exclusivamente, por um princípio material, apresentando-se também de forma simbólica e muitas das vezes construtora de identidade (MESQUITA et al, 2019, p.4). Nesse sentido,

[S]e um determinado grupo ameaçado e atingido (por práticas extrativistas) for constituído por povos indígenas a ligação com o espaço de vida é muito mais forte e o sentimento de pertencimento pode ser percebido de forma muito mais intensa, pois além de um território fonte de recursos, o espaço é ocupado também por uma importante dimensão simbólica religiosa. (MESQUITA et al, 2019, p.4).

Segundo Claudia Bucio (2020), ao analisar os conflitos que surgiram por causa das atividades mineradoras, identifica três formas de territorialidades. A primeira seria uma “territorialidade estrangeira”, que entende aquele território como uma fonte de recursos naturais, modificando radicalmente a paisagem de acordo com seus interesses econômicos - essa definição nos ajuda a entender a lógica extrativista. A segunda seria uma forma de “territorialidade politizada”, que surge quando a população local se posiciona contra os danos ambientais e sociais das mineradoras, defendendo sua identidade local - seriam esses os movimentos de resistência que parte desses povos originários (BUCIO, 2020).

A terceira seria uma “territorialidade negociada”, em que a população local carrega ambiguidades em relação às atividades de mineração, levando em conta estratégias de sobrevivência de curto prazo (BACIO, 2020) – o que caracterizaria a sociedade peruana no todo. A relevância deste pensamento se dá a partir do discurso socialmente aceito de que as empresas extrativistas geram empregos e levam infraestrutura para os lugares onde atuam. Mas, ao longo prazo, afetam a identidade local, o meio ambiente e as relações de poder daquela sociedade, explicada pelos estudiosos Mesquita e Sevá:

A identidade dos atingidos por grandes projetos é construída a partir do momento que diversos grupos sociais percebem a possibilidade de perda da permanência em suas terras, ou quando de fato perdem o acesso às suas terras, ficando alijadas de sua base material primeira de reprodução social, de seus valores culturais e simbólicos que se encontravam contidos naquele espaço. Se um determinado grupo de ameaçado e atingido for constituído por povos indígenas a ligação com o espaço de vida é muito mais forte e o sentimento de pertencimento pode ser percebido de forma muito mais intensa, pois além de um território- fonte de recursos, o espaço é ocupado também por uma importante dimensão simbólico-religiosa. (MESQUISTA, SEVÁ, 2022, P. 4).

A RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS

A primeira década do século XXI pode ser considerada como o começo da ofensiva dos povos indígenas contra o extrativismo e a defesa de suas terras contra a invasão. Recentemente, a luta por direitos tem ficado cada vez mais extrema e violenta e a repressão de forma militar vem crescendo (LUST, 2014). Como trabalhado anteriormente, o povo Awajún se organizou para lidar com as consequências da exploração da PetroPerú em 2021. Portanto, é importante apontar as particularidades desse povo.

O povo Awajún, segundo a *Base de Datos Oficial de Pueblos Indígenas u Originarios (BDPI)*, se caracteriza pelo seu compromisso com a defesa de seu território ancestral. Estão presentes nas localidades de Amazonas, Cajamarca, Loreto, San Martín e Ucayali. Sendo o segundo povo indígena mais populoso do Peru, sua comunidade é relativamente dispersa, não tendo uma liderança piramidal. Um exemplo disso seria que para tomadas de decisão “a comunidade senta e conversa o dia inteiro, se necessário, para chegar a um acordo, ouvindo a todos”. (ROJAS, Maria Ximena Flores, em entrevista concedida a Débora Rodrigues e Uliana Teixeira, 2022.)⁵

FIGURA 3: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DOS AWAJÚN



Fonte: Xapiri Ground (s.d.).

Além disso, são altamente organizados, tendo total conhecimento sobre as pessoas que entram em seus territórios, assim como se organizam de forma política, indo aos congressos e fazendo suas demandas. No caso do povo Awajún, eles têm se organizado politicamente, mas o Estado é muito burocrático, fazendo com que muito tempo seja perdido até chegar em alguma solução e com isso muitos danos ambientais são cometidos e muitas vidas são impactadas e perdidas nesse processo (ROJAS, 2022). Todavia, há um discurso de senso comum em que essas pessoas são vistas como selvagens, o que gera desconfiança nesse

⁵ Maria Ximena Flores Rojas é formada em antropologia pela PUC Peru, atualmente é estudante da pós-graduação do Museu Nacional – UFRJ. Foi uma das vencedoras do Prêmio Norm e Sibby Whitten Research Fund por sua pesquisa sobre as concepções do povo indígena Awajún sobre a AIDS por meio de suas histórias pessoais e formas de tratamentos. Trabalha com os Awajún desde 2014.

povo em relação às pessoas de fora. Isso porque seu conhecimento é subjugado, dificultando ainda mais o diálogo com os tomadores de decisão (ROJAS, 2022).

Nesse sentido, a partir desses discursos, os povos indígenas são na maior parte das vezes reduzidos a duas visões: ou são ruínas e selvagens ou são os protetores da natureza (ROJAS, 2022), setorizando e criando estereótipos em cima dessas pessoas. Também, recorremos aos Awajún para exemplificar como essas formas de resistência e organização política se dão, mas entendemos que eles não representam todas as formas de resistência frente às práticas extrativistas. Cada povo tem suas particularidades e formas de se organizar, havendo inúmeras experiências e estratégias de resistência dos povos originários na América Latina, que apesar de se assemelharem muito por seu passado colonial e a lógica desenvolvimentista de exploração dos recursos naturais, são muito diferentes entre si.

À vista disso, as estratégias de resistência, como, por exemplo, as manifestações, a tentativa de manter um diálogo aberto com os tomadores de decisões e as ocupações, se fazem necessárias frente às contínuas expressões do colonialismo que seguem até os dias de hoje, como a dependência política dos países do Sul Global em relação ao Norte, a inserção marginal dos países no sistema internacional e a intensa desigualdade nessas sociedades. Mas, nesse sentido, a própria manutenção da sua cultura e modo de viver já é um ato de resistência. (IAMAMOTO et al, 2020, p.16). Não obstante,

[E]sta batalha é uma luta contra as operações destrutivas do capital extrativista e a dinâmica do desenvolvimento capitalista. A luta das comunidades não é apenas contra o efeito cumulativo da grilagem de terras em larga escala e da privatização de terras, a redução do papel do Estado na economia, o desmantelamento da nação concentrando a riqueza em poucas mãos, e os efeitos devastadoramente negativos do capital extrativista e das operações de mineração sobre os meios de subsistência e habitats das comunidades indígenas e camponesas, mas também é uma luta de resistência contra o capitalismo como modo de produção. (LUST, 2014, p.18, tradução nossa).

Além disso, a união de povos indígenas e comunidades da Amazônia peruana contra o extrativismo são cruciais para acabar com a destruição do meio ambiente, dos habitats naturais e da sobrevivência de comunidades, assim como a forma de vida da maneira que conhecemos (LUST, 2014). Isso porque, ainda hoje, com o governo de Pedro Castillo que “veio do povo” e que se coloca contra essa lógica neoliberal de desenvolvimento, não houveram grandes mudanças, pois o governo ainda não teve tempo de agir nas comunidades (ROJAS, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de Fujimori (1990-2000), 72% da população peruana considerava o livre mercado como algo bom para o país, em 1998, quando as políticas neoliberais de Fujimori decaíram, houve um aumento na balança deficitária e, com isso, caiu para 58% as pessoas que acreditavam no livre mercado.

(LUST, 2014). Ainda na época de Fujimori, devido a falta de perspectiva econômica, social e política, a população peruana não se opôs a implementação de planos neoliberais que prometiam uma melhoria no desenvolvimento econômico do país que pudesse resolver a crise e que permitisse algum vislumbre de melhores condições de vida, mas quando o mesmo começa a falhar, o apoio diminui. Nesse sentido, é possível entender o porquê das pessoas apoiarem a lógica desenvolvimentista e o próprio extrativismo, e como a economia peruana ficou dependente disso.

À vista disso, há uma relação desigual entre os países do Sul e do Norte Global, sendo que no Sul o desenvolvimento capitalista leva, na maior parte das vezes, ao empobrecimento e, conseqüentemente, à degradação ambiental dessas regiões. (IAMAMOTO et al, p.19, 2020). Além disso, a dependência econômica que é gerada nos países do Sul, deixa clara as desigualdades estruturais do sistema capitalista e a impossibilidade das periferias globais se desenvolverem à maneira dos países centrais. Ainda, no modelo extrativista é possível destacar como o desenvolvimento econômico capitalista leva à degradação ambiental de maneira desigual no globo (IAMAMOTO et al, 2020).

Outrossim, segundo Jan Lust (2022) a economia peruana foi feita de uma forma em que é impossível deixar de exportar os recursos internos e, para mudar as relações de poder dentro do país, em que uns sofrem mais com os impactos socioeconômicos e ambientais que outros, deve-se mudar a própria economia. Para isso, entende a educação como fator central. No entanto, em uma sociedade em que a informação chega dificilmente para a população, essa mudança é improvável. (LUST, Jan, em entrevista concedida a Débora Rodrigues e Uliana Teixeira, 2022). Maria Ximena Flores Rojas também aponta que o Estado acaba não se responsabilizando de cuidar do cidadão ao priorizar o desenvolvimento econômico, deixando que algumas práticas e exclusões ocorram ao longo do caminho. Ainda, aponta que não há muita comunicação e que as informações sobre os impactos desiguais que os povos indígenas sofrem com a indústria extrativista, por exemplo, não chega às pessoas em Lima - capital peruana (ROJAS, 2022).

No mais, Lust também destaca que a prática extrativista não é apenas destrutiva ou progressista. Ela tem dois lados. As grandes corporações têm levado energia elétrica, por exemplo, a diversos lugares em que o governo peruano não conseguiu chegar ainda, ajudando na infraestrutura das cidades (LUST, 2022). Nesse sentido, fica claro que é preciso mudar a forma de operar dessas grandes empresas visando o papel dos povos originários. No entanto, mudar a estrutura econômica peruana é uma projeção a longo prazo, até porque as empresas contribuem para a economia peruana de forma positiva em alguns aspectos, além disso, é sua principal fonte de renda. Dessa forma, é preciso projetos de inclusão social e melhorias na infraestrutura para que essas empresas possam agir sem degradar o meio ambiente e ferir povos indígenas. Mas, é importante entender que a prática extrativista e a lógica desenvolvimentista são destrutivas em si, sendo preciso pensar formas de diversificar a economia e criar uma forma de operar mais horizontal.

ENTREVISTADOS



Jan Lust é doutor em Estudos de Desenvolvimento e Mestre em Economia. Faz parte do Comitê Gestor do Centro de Pesquisa da Universidade Ricardo Palma. Ministra cursos de economia nacional e internacional, além de metodologias de pesquisa em nível de mestrado e doutorado. E-mail: janlust@ymail.com (<https://www.pucp.edu.pe/profesor/jan-lust->).



Maria Ximena Flores Rojas é formada em antropologia pela PUC Peru, atualmente é estudante da pós-graduação do Museu Nacional – UFRJ. Foi uma das vencedoras do Prêmio Norm e Sibby Whitten Research Fund por sua pesquisa sobre as concepções do povo indígena Awajún sobre a AIDS por meio de suas histórias pessoais e formas de tratamentos. Trabalha com os Awajún desde 2014. LinkedIn: [Ximena Flores Rojas - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Peru | LinkedIn](#)

REFERÊNCIAS

AVILA, Milena Abreu. Colonialidade e Descolonialidade: você conhece esses conceitos?. Politize, 19 de março de 2021. Disponível em: [Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos? - Politize!](#). Acesso em: 29 de junho de 2022.

BRASIL DE FATO. Garimpo gera problemas sanitários, ambientais e culturais em terras indígenas. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/31/garimpo-gera-problemas-sanitarios-ambientais-e-culturais-em-terras-indigenas> . Acesso em: 15 de junho de 2022.

BRASIL DE FATO. Índigenas ocupam oleoduto em protesto contra derramamento de petróleo na Amazônia peruana. São Paulo, 11 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/11/indigenas-ocupam-oleoduto-em-protesto-contraderramamento-de-petroleo-na-amazonia-peruana> . Acesso em: 04 de maio de 2022.

BUCIO, Claudia. Procesos de territorialidad y de subjetivación política en Cerro de San Pedro, San Luis Potosí: el Frente Amplio Opositor y Minera San Xavier. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 51, n. 2, jul./out. 2020, p.123–163.

CORTEZ, Henrique. **Povos indígenas da Amazônia caçam animais que se alimentam em áreas contaminadas com hidrocarbonetos e metais pesados**. Ecodebate, 6 de março de 2018. Disponível em: [Povos indígenas da Amazônia caçam animais que se alimentam em áreas contaminadas com hidrocarbonetos e metais pesados \(ecodebate.com.br\)](#). Acesso em: 7 de abril de 2022.

COTLER, Julio; GROMPONE, Romeo. **El fujimorismo: ascenso y caída de un régimen autoritario**. Lima, 2000.

FERNÁNDEZ, Olga. **Pesquisa revela níveis elevados de chumbo no sangue de povos indígenas na Amazônia Peruana**. Ecodebate, 7 de jun de 2021. Disponível em: [Pesquisa revela níveis elevados de chumbo no sangue de povos indígenas na Amazônia peruana \(ecodebate.com.br\)](#). Acesso em: 7 de abril de 2022.

2022.

FRAGMAQ. Conheça quais são os impactos ambientais causados pelo petróleo. 30 de novembro de 2015. Disponível em: [Conheça quais são os impactos ambientais causados pelo petróleo | Fragmaq](#). Acesso em: 17 de jun de 2022.

FUN VERDE. **O fim da Era do Petróleo está chegando.** Disponível em: <https://www.funverde.org.br/blog/o-fim-da-era-do-petroleo-esta-chegando>. Acesso em: 07 de abril de 2022.

GUDYNAS, Eduardo. (2015). Extractivismos. ecología, economía y política de un modo de entender la naturaleza. Lima: Redge-CLAES-PTDG-Cooperação.

HAYEK, F. O Caminho da Servidão. 5a Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

IAMAMOTO, Sue A. S.; LAMAS, Isabella; EMPINOTTI, Vanessa Lucena. **Apresentação do Dossiê: Diálogos contemporâneos da ecologia política, contribuições desde a América Latina.** Revista de Ciências Sociais. Brasil, 2020, Vol. 51 Issue 2, p 13-36. 24p. Disponível em: [Apresentação do Dossiê: Diálogos contemporâneos da ecologia política, contr...: PUC-Rio \(ebscohost.com\)](#). Acesso em: 4 de maio de 2022.

LUST, Jan. "Mining in Peru: Indigenous and Peasant Communities vs. The State and Mining Capital." *Class, Race and Corporate Power*, vol. 2, no. 3, 2014, <https://www.jstor.org/stable/48645525>. Accessed 4 May 2022.

LUST, Jan. Entrevista concedida a Débora Rodrigues e Uliana Teixeira. Rio de Janeiro, 9 jun. 2022.

MESQUITA, Erika; SEVÁ, Arsênio Oswaldo. **Ameaçados por grandes projetos: a problemática dos indígenas da fronteira Acre-Peru.** Anais, p. 1-13, 2019. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3436/3295>. Acesso em: 4 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR Y TURISMO. Reporte Mensual de Comercio. 2021.

OBSERVATÓRIO ADMINISTRADOR. Multa de 25 milhões de dólares à PetroPerú por afetar comunidades nativas Awajún e Wampis. Observatório socio-eclesial, 21 de outubro de 2019. Disponível em: [Multa de 25 milhões de dólares ao Petroperú por afetar comunidades nativas awajun e wampis » Observatório Socioeclesial \(observatoriosocioeclesial.pe\)](#). Acesso em: 17 de jun de 2022.

ROCHA, Juiliane ; VASCONCELLOS Priscila. **Resumo Expandido: Racismo Ambiental.** Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ, v. 6, n. 1, Mar.-Jun./2018, p.337-340.

ROJAS, Maria Ximena Flores. Entrevista concedida a Débora Rodrigues e Uliana Teixeira. Rio de Janeiro, 13 de jun. 2022.

SANTISTEBAN, Rocío Silva. Cachorros e antimineiros. Discursos extrativistas e práticas repressivas no Peru. Tabula Rasa, n. 24, p. 79-104, 2016.

SANTOS, Ana Paula. Greenwashing: o que significa esse termo?. Politize, 19 de nov de 2020. Disponível em: [Greenwashing: o que significa esse termo? - Politize!](#). Acesso em: 17 de jun de 2022.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

TARABOCHIA, Milton López. Contaminação por mineração no Peru: laudo médico releva presença de metais pesados em menores. Wayka.pe, 30 de outubro de 2017. Disponível em: [Contaminação por mineração no Peru: laudo médico revela presença de metais pesados em menores - Wayka](#) . Acesso em: 18 de jun de 2022.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **UNCTAD stats**, 2020. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/604/index.html>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

XAPIRI GROUND. Awajún. Mapa 1. Disponível em: [Awajún \(xapiriground.org\)](#). Acesso em: 13 de junho de 2022.